

SÍTIO CULTURAL DE IPANEMA

APRESENTAÇÃO

Em seu prefácio do livro *“Urca, construção e permanência de um bairro”*, encanta-nos a escritora Rachel Jardim com a pergunta *“Como não desejar tombar o cheiro das magnólias que emana da minha rua nas noites de verão?”*.¹ Mas como tombar uma coisa que sequer pode ser apalpada? Como preservar o imensurável, o etéreo, o tempo?

Mário de Andrade, no seu primeiro relatório de pesquisas realizadas no Estado de São Paulo *“a respeito de monumentos arquitetônicos de valor histórico ou artístico, dignos a meu ver, de tombamento federal”*, para o SPHAN, datado de 16 de outubro de 1937, coloca *“Em Ubatuba haveria que tombar o ... sentimento da cidade.”*

Ipanema é um *locus* da cidade do Rio de Janeiro melhor identificado pelo seu modo de ser do que pelas suas construções. É um estado de espírito em eterna mutação, sempre se mostrando precursor e inovador de pensamentos, de comportamentos, de movimentos sociais, culturais e anticulturais. Conservador e subversivo, provinciano e cosmopolita, agitador e relaxante, este bairro é a própria essência do espírito carioca de ser.



¹ DGPC – *Urca, construção e permanência de um bairro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação, Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Prefácio. P.10

O presente trabalho, fruto de justíssimas solicitações da comunidade ipanemense, visa, como objetivo, encontrar alguns mecanismos legais e/ou documentais que possam colaborar a manter viva a memória de um bairro que foi, é e será, por tantos anos seguintes, palco de manifestações culturais e sociais que, decerto, se refletirão no Brasil. Ipanema se reflete em todo o país.

Entretanto, o trabalho do DGPC foi instigado pela forma de promoção da preservação dessa memória ainda tão viva nas nossas vidas. As soluções tradicionais de proteção dos bens culturais não se mostram o bastante para que esse trabalho se complete.

A luta pela preservação do patrimônio cultural de um lugar não pode nem deve se restringir à perpetuação do suporte físico dos bens aonde a vida local se desenrolou. Partindo-se das premissas que *“A diversidade ilimitada do bem cultural deve ser reconhecida e louvada e o patrimônio não constitui um acervo de coisas passadas, mas, ao contrário, é parte viva da poética do povo e dos artistas”*.², faz-se necessária a busca por outras formas de preservação da memória desse lugar.

Campofiorito ainda nos alerta para que *“a política de preservação do patrimônio cultural deve ser coberta, de ponta a ponta, não com a triste nostalgia do passado, mas com o sopro colorido da vida”*.³



² CAMPOFIORITO, Ítalo. *O tombamento é um santo remédio*. In REVISTA DO BRASIL 1. Rio de Janeiro: Departamento de Cultura, Secretaria de Estado de Ciência e Cultura do Estado do Rio de Janeiro. 1984. P. 23.

³ *Ibden*.

Ipanema é um patrimônio cultural vivo e dinâmico desta cidade que pode e deve ser tratado com o *sopro colorido de vida*. Sua dinâmica urbana e social nos encaminha para uma proteção também não estática e abrangente. As transformações por que passa Ipanema nos leva a crer que seu ciclo de vida ainda nos reserva grandes surpresas. Sua história está ainda presente na memória de tantos quantos viveram e vivem os acontecimentos ali ocorridos: em cada esquina é possível identificar algum fato vivido por personagens ilustres ou anônimos. Para o humorista Jaguar, “*os nossos tons e vinícius eram os melhores tons e vinícius do universo...*”, demonstrando assim que outros locais poderiam ter seus “adonirans”, “vanzolines”, ou tantos “dorivais”. Porém, Ipanema é única. Para ele “... *até nossos mineiros e baianos são muito melhores que os de lá*”.⁴ Pura provocação!

“Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”⁵

Das poéticas pitangueiras nos quintais das casas do início do século XX ao obelisco da atual Praça Espanha, os acontecimentos se sucedem com intensidade, como a Bossa Nova, os porres no Mau Cheiro, Jangadeiros e Veloso; a Banda de Ipanema ou o píer do desbunde com sua “duna da Gal”. Suas culturas e contraculturas foram focos de resistência ao autoritarismo militar que se impôs ao país na década de 60. Dos comunistas históricos, como Luís Carlos Prestes e Olga Benário, aos conservadores, como Eurico Gaspar Dutra, Ipanema abriga todas as correntes ideológicas e sociais desta cidade. Por isso mesmo, denominada como REPÚBLICA INDEPENDENTE DE IPANEMA.

Dos encontros literários na casa de Aníbal Machado à Oficina Literária de Afrânio Coutinho, passando pela cobertura de Rubem Braga com jardins de Burle Marx; das dunas sossegadas freqüentadas por Maria Antonieta Portocarreiro – a nossa Tonia Carreiro - às areias agitadas que viam embevecidas a barriga

⁴ JAGUAR. *Ipanema: se não me falha a memória*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/RioArte. 2001.

⁵ CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 1990. p. 14.

grávida da sua eterna musa Leila Diniz; da Bibba no anos 70, à Company dos 80 ou Andréa Saletto da atualidade, Ipanema ditou e dita a moda do comportamento carioca.

Sempre contraditória - essa sua marca -, não titubeou em abrigar, no pedestal do Chafariz das Saracuras (outrora local de contemplação das religiosas do Convento da Ajuda), as *Drag Queens* que hoje dão o tom do melhor carnaval da Banda de Ipanema. Sede de famosas boutiques, entretanto, é o melhor local onde elegante é estar vestindo uma velha calça desbotada e calçando uma sandália havaiana, “num doce balanço, a caminho do mar”.

Em cada esquina, em cada casa, cada prédio ou mesmo janela, nossa memória será iluminada pela evocação de luzes fugidias de devaneio, de que tanto nos fala Gaston Bachelard.

Como manter vivo o que já passou, sem barrar o correr natural da vida de uma cidade? Eis o desafio do DGPC. Nosso trabalho não consiste em manter mumificado o passado, mas sim valorizá-lo como testemunhos da passagem dos homens sobre a terra, dos seus desejos de serem lembrados, como nos diz Rachel Jardim. Quando buscamos preservar o suporte físico de argamassa desses prédios, queremos estabelecer relações de afinidades ou contrastes que nos evoquem à memória individual ou coletiva. Porque, como nos diz G.C. Argan, em seu trabalho “História da Arte como História da Cidade”, a cidade – fato social histórico – é “*a imagem mental que cada um de nós faz da vida*”.⁶

Parafrazeando Mário de Andrade, há que se dizer que em Ipanema o que deveria ser tombado era... Aníbal Machado, Marília Kranz, Leila Diniz, o sorvete do Moraes, o chopp do Zeppelin, a Banda de Ipanema e suas *Drag Queens*, Albino Pinheiro, Ferdy Carneiro, Duda Cavalcanti, Jaguar, o pôr do sol visto do Posto Nove nas noites de verão e daí por diante. Porque, acima de tudo, Ipanema é um estado de espírito!

Mas, se esse passado não volta mais e Ipanema continua linda, sendo, de fevereiro a fevereiro, que o bairro de hoje seja preservado com sua história

⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1992.

e suas revoluções; com suas lembranças e seus fatos novos. Com todas as transmutações necessárias para o dia a dia de uma cidade viva.

Viva Ipanema!



OBJETIVO

GERAL

Criar o SÍTIO CULTURAL DE IPANEMA - espaço geográfico onde se localizam os acervos culturais do bairro, constituídos pelos seus edifícios, suas paisagens, suas manifestações políticas, sociais, artísticas, afetivas e musicais que configuram as memórias coletivas e individuais de seus habitantes.

METAS

1. Preservar as edificações representativas das diversas fases de ocupação do bairro e dos movimentos arquitetônicos ocorridos na cidade, através de decreto específico de TOMBAMENTO;
2. Garantir a ambiência da escala urbana local, através da TUTELA das edificações no entorno dos bens de interesse para tombamento, através do mesmo decreto especificado no item 1;
3. Manter e conservar a arborização das ruas e praças, proteger o patrimônio paisagístico e combater a degradação ambiental, que constitui em ameaça à qualidade de vida humana, através de trabalho conjunto a ser desenvolvido entre o DGPC e a Fundação Parques e Jardins;

4. Preservar da memória da crônica urbana representada pelo acervo representativo da dinâmica cultural do bairro, através da fixação de placas, afiches ou tótems nos espaços físicos, palcos dos seus acontecimentos, numa interface DGPC/Assessoria de Comunicação Social da SMC/AGCRJ/Comunidades locais;
5. Criar um NÚCLEO DE REFERÊNCIA CULTURAL – banco de dados para registrar, arquivar, processar e disponibilizar à comunidade em geral todas manifestações culturais e populares, modos de fazer, músicas, fotos e locais representantes da memória coletiva e afetiva da comunidade – implantado no DGPC;
6. DECLARAR PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE as manifestações culturais, modos do fazer, locais consagrados pela comunidade, através de instrumento competente.

JUSTIFICATIVA

Segundo Glauco Campello, *“A escolha do tema decorreu da preocupação com as litações no trato dos problemas relacionados com o patrimônio histórico e a memória social. As nossas ações são ainda hoje permeadas por uma visão estratificada, não abrangente, nem inteiramente aberta, do processo de formação de nossa identidade.”*⁷ Mais adiante, ele esclarece que, mesmo após o período *rodriguiano*⁸, as atenções estavam voltadas para o estudo e preservação do patrimônio edificado e para as obras de arte abrigadas nas igrejas e museus. Somente com a entrada de Aloísio Magalhães na direção do IPHAN é que *“esta forma de atuação sofreu o impacto de retomada de um enfoque propositalmente amplo e diversificado, declaradamente inspirado nas propostas originais de Mário de Andrade”*. Destaca, ainda, que a visão de Mário de Andrade, em 1937, era introduzir, no patrimônio, *“... questões da memória e da identidade brasileiras...”*, tanto aquelas eruditas como as populares. Tratava-se da conscientização do processo cultural e da valorização do modo de ser do brasileiro.

⁷ Campello, Glauco. *Cidades*. Apresentação. in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 23. Rio de Janeiro. IPHAN. 1994. P. 11.

⁸ Época em que Rodrigo Mello Franco de Andrade esteve na direção do IPHAN .

Campello conclui que, desde 1937, as contribuições de Rodrigo, Mário e Aloísio, sobre a unificação dos movimentos sociais com o contexto urbano, nunca desapareceram ou se diluíram com o tempo. Embora, até hoje, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não tenha conseguido construir uma ação integrada, reconhece que as manifestações culturais populares e eruditas, tanto quanto os prédios, praças e monumentos, estão incorporados e vivos no cenário da cidade.

Nessa mesma revista, Néelson Garcia Candini, admite a ampliação do conceito de patrimônio e pergunta como “*redefinir o patrimônio cultural, de acordo com as condições históricas, sociais e comunicacionais deste fim de século?*”⁹ Destaca, ainda, que existe nas ciências sociais um movimento de reconceituar o patrimônio cultural e lembra “*que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões mortas de sua cultura – sítio arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso - , mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais.*” Mais adiante, ele ressalta seis questões teóricas e políticas que necessitam serem estudadas com mais profundidade e enfoca o caso específico do México. Entre elas está “*a construção imaginária do patrimônio nacional*”.

“O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. Contudo, a quase totalidade dos estudos e das ações destinados a conhecer, preservar e difundir o patrimônio cultural continuam se ocupando apenas dos monumentos (pirâmides, locais históricos, museus).”¹⁰

O único sentido de preservar um prédio, uma praça, uma rua tem sido salvaguardar essências, modelos estéticos e simbólicos cuja conservação

⁹ CANDINI, Nelson Garcia. *O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional*.. In Revista Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n^o 23. Rio de Janeiro. IPHAN. 1994. P. 95.

¹⁰ Ibidem. P. 96.

inalterada servirá precisamente para testemunhar que a substância desse passado glorioso transcende as mudanças sociais. Já os bens que só documentam acontecimentos culturais, não conseguindo alcançar um lugar de relevância na história culta das formas e dos estilos, poderão ser incluídos ou não nessa política de preservação.

A cidade é o espaço da história e da cultura. Para entendê-la não basta perceber sua configuração física, temos de aprender a lidar com os produtos da memória, da arte e da história; trabalhando aprofundadamente com os produtos materiais e imateriais que constituem seu acervo.

E finalmente, fundamentado nos Anais do I Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana – Centros Históricos, realizado em Lisboa, 1995, quando foram apresentados e discutidos vários trabalhos sobre o tema em foco condensados em três grandes tópicos: Identidade de Núcleos Históricos; A Prática de Reabilitação Urbana; Meios e Parceiros da Reabilitação Urbana; destacamos alguns trechos das conclusões finais que poderão afirmar que os estudos sobre a Identidade dos Núcleos Históricos:

1. Abrangem as realidades históricas e sociais, estendendo sua ação ao tecido urbano;
2. Se expressam pelas diversas formas de participação da população residente, seu modo de conviver e utilizar os espaços comuns como feiras, comércio e festas, e
3. Se reconhece que o método de trabalho é pluridisciplinar, tem como estratégia a participação da população e dentre os meios utilizados para a informação e comunicação está a organização de um sistema de dados.¹¹

Baseados, então, nos conceitos estabelecidos pela Carta de Quito, pela Carta de Petrópolis, pelas conclusões do I Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana – Centros Históricos, decidiu-se estabelecer o Sítio

¹¹ I ENCONTRO LUSO BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA – CENTRO HISTÓRICOS – ANAIS. Lisboa. Pelouro de Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos da Câmara Municipal de Lisboa/Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro. 1995. Moderadores: Rodrigo Ollero e Alex Nicolaeff (Sala 1); Bárbara Lopes e Miguel Gastão Cunha (Sala 2); Paulo Silva e Evelyn Werneck (Sala 4); Relatores: Rui Matos e Jussara Berenger (Sala 1); Luís almeida D’Eça e Claudia Ferrero (Sala 2); Filomena Marques e Andrea Redondo (Sala 4).

Cultural como forma de proteção. Neste projeto, apresentamos uma proposta de ampliação das ações de proteção pelo Poder Público, na qual inserimos as propostas da preservação do suporte físico das manifestações culturais do bairro, através do tombamento das edificações testemunhas da história do bairro e a manutenção da ambiência urbana e paisagística que chegou aos nossos dias, com outras maneiras de se perpetuar e referenciar a memória social, política, cultural e afetiva das comunidades representadas.

Conhecendo-se a dinâmica da cidade, poderemos aprender a construir a integração de uma visão abrangente e multifacetada de nosso patrimônio cultural.

UM BREVE HISTÓRICO

Ipanema, no final do século XIX, era um grande areal, terá desvalorizada, com pouquíssimas casas espalhadas por imensas chácaras.



O Comendador José Antonio Moreira Filho, segundo Barão de Ipanema, comprou algumas dessas chácaras no quadrilátero formado pela Pedra do Baiano (Jardim de Alah), Rua da Igrejinha (Francisco Otaviano) praia de Fora (

Avenida Vieira Souto) e pela lagoa Rodrigo de Freitas. Posteriormente, ele reuniu essas chácaras em um só terreno, loteando-o para venda.

O loteamento foi denominado Vila Ipanema. Possuía cerca de 40 quadras, com 40 lotes cada, abrangendo quinze ruas e duas praças: a Marechal Floriano Peixoto (hoje Praça General Osório) e Coronel Henrique Valadares (hoje praça Nossa Senhora da Paz).

Seu termo de fundação foi assinado em 26 de abril de 1894 pelo Barão. O coronel Antônio José Silva, seu sócio e amigo, foi o responsável pela venda dos terrenos. Para amenizar as difíceis vendas, o coronel mandou colocar trilhos desmontáveis ao longo da rua 20 de Novembro (visconde de Pirajá), a primeira a ser aberta, para que um pequeno bonde puxado a burro conduzisse os interessados na compra dos lotes.

Devido ao lento crescimento do bairro, mesmo com a isenção de certos impostos sobre as construções locais, a Cia. Construtora de Ipanema assumiu a sua urbanização, combatendo os alagados e focos de mosquitos que proliferavam. Propriedade de Raul Kennedy de Lemos e Olavo Rocha Miranda, a empresa funcionou até 1927.

A ocupação residencial do bairro começou a partir do limite com Copacabana em direção ao canal da barra da Lagoa, atual Jardim de Alah. Em 1906, o bairro contava com 118 residências de um ou dois pavimentos e, em 1910, já registrava 175. Durante essa década ocorre o primeiro impulso desenvolvimentista do bairro: o prolongamento da linha de bondes que terminava na praça General Osório até o fim da antiga rua 20 de Novembro, local do Bar 20, provavelmente, o mais antigo estabelecimento do gênero no bairro.



Em 1920, assumiu a Prefeitura do Distrito Federal o engenheiro Carlos Sampaio. Sua tarefa era preparar a cidade para as festas do Centenário da Independência. Por essa razão, algumas ruas de Ipanema tiveram seus nomes originais alterados por decretos, homenageando brasileiros que lutaram pela independência do Brasil, tais como: Joana Angélica, Maria Quitéria, Garcia D'Ávial, Barão da Torre, Barão de Jaguaribe e Visconde de Pirajá.

Na década de 30, aceneta-se a expansão residencial em direção ao vetor sul da cidade, fruto da difusão de uma nova mentalidade, principalmente entre a elite para a qual, agora, “bem viver” implica em desfrutar do clima ameno da orla oceânica e usufruir a beleza das praias. Populariza-se o banho de mar.

A partir de então, o crescimento do bairro foi acelerado. Foram inaugurados colégios, cinemas e bares. Ocorreram o calçamento e o prolongamento de algumas ruas; melhorias na ligação de Ipanema com os bairros vizinhos de Copacabana e Leblon, como a abertura da rua Francisco de Sá e do Corte do Cantagalo; a construção de uma ponte sobre o canal, ligando a rua Visconde de Pirajá com a Avenida Ataulfo de Paiva, acabando com a circulação de bondes pela praia. A infra-estrutura de Ipanema não acompanhou tal crescimento. Somente em 1935 foi ordenada a construção de uma rede de esgotos no bairro.

Na década de 40, o prefeito Mendes de Moraes autorizou a elevação do gabarito da orla para cinco pavimentos e doze para as ruas Prudente de Moraes e Visconde de Pirajá. O casario então existente começa a ceder lugar a um número cada vez maior de prédios de apartamentos, acompanhando a propagação do uso do concreto armado na construção civil. Ipanema perdia seu jeito de vila, transformando-se em um grande centro urbano. Na década de 60, a população do bairro chegou a 50 mil habitantes atingindo os 65 mil em 1980. O antigo areal desvalorizado se torna um dos lugares mais caros e *chic* do Rio de Janeiro.



Mais do que pela sua arquitetura ou por qualquer outra característica física, Ipanema se tornou famosa pelo seu espírito. Sua capacidade de inventar, popularizar ou exportar modismos assinalou a história cultural e artística da cidade. Reduto da boêmia e da vanguarda da intelectualidade carioca gerou vários pontos de encontro dos expoentes da contracultura que marcaram diversas épocas.

Na década de 60, o Bar Veloso e o Mau Cheiro, atuais Garota de Ipanema e Barril 1800, eram os locais preferidos pelo pessoal do Cinema Novo e da Bossa Nova.

No píer, construído em 1971 para a instalação do emissário submarino e desmontado em 1974, entre as ruas Teixeira de Melo e Farne de Amoedo, conviviam surfistas, intelectuais, artistas, hippies, tropicalistas e modernistas. Na praça General Osório, a Feira Hippie se integrava à moda das grifes famosas dos anos 70 e 80. Manteve vivo o carnaval de rua com a Banda de Ipanema e, mais recentemente, com o Bocó Carnavalesco Simpatia é Quase Amor.

Ipanema soube conjugar a vida diurna, ligada à prática de esportes praianos, com as atividades comuns à vida noturna. Inovou, mais uma vez, com a prática do surf à noite, após a iluminação da Pedra do Arpoador, em 1989.

Em 1994, ano do centenário do bairro, a prefeitura lançou o Rio cidade Ipanema, projeto urbanístico de autoria do arquiteto Paulo Case, com a finalidade de ordenar a rua Visconde de Pirajá. No Bar 20 situa-se o ponto mais polêmico desse projeto. Ali, após algumas adaptações, o asfalto ganhou decalque colorido com formato de rosa-dos-ventos e uma passarela decorativa em forma de arco, ligando as duas calçadas opostas. No centro do largo, um obelisco de fácil visibilidade marca a área limite do bairro com o Leblon. Ainda na rua Visconde de Pirajá, os principais cruzamentos receberam piso colorido, faixas de circulação diferenciadas nas calçadas e postes de iluminação inclinados. Fazendo jus ao espírito ipanemense e carioca, bem humorado e crítico, eles logo receberam o apelido de “postes bêbados”.

O SÍTIO CULTURAL DE IPANEMA

As edificações que cobrem o solo de Ipanema não pertencem apenas a uma determinada época da formação da cidade do Rio de Janeiro, mas compõem, representam e revelam uma série memorável da vida social, política, cultural e musical de várias épocas do bairro na cidade do Rio de Janeiro. De um lado, o bairro é formado por prédios, ruas, praças e monumentos representativos das diversas fases de sua ocupação. São exemplares marcados pela influência da industrialização brasileira e que espelham todas as formas de manifestações culturais por que passou a arquitetura carioca durante o século XX - das pequenas casas térreas simples, sem qualquer traço de erudição àqueles prédios ímpares, representativos do modernismo brasileiro, passando pelas interpretações lúdicas de moradias européias e as simplificações suburbanas do movimento Art Déco. De outro, Ipanema foi e continua sendo palco de encontros, festas e manifestações que se multiplicam em função da concentração das pessoas.

No conjunto, o mais importante, segundo G. C. Argan, é saber como conciliar a equivalência, no contexto urbano, entre as relações de um conjunto de imagens urbanas e as relações imaginárias e funcionais. Na sua análise, torna-se evidente o papel da memória e da valorização dos signos, ou seja, o papel do conteúdo histórico e afetivo que os habitantes atribuem às imagens que compõem a sua cidade. Entretanto, este conteúdo não pode estar isolado das soluções funcionais que são exigidas na organização e estrutura das atividades desenvolvidas pela sociedade.

No caso específico do bairro de Ipanema, encontramos alguns prédios que, ao lado dos valores representativos da trajetória humana que eles rememoram, também desempenham um papel indispensável na reconstituição da memória dos sentidos e da tradição. Reconhecemos que a preservação da cidade, corpo e alma é o grande desafio do tempo presente!

A atual estrutura urbana (ruas, quadras, lotes e edificações) não é homogênea e contínua. Nos últimos 30 anos, as transformações urbanísticas fragmentaram em demasia o bairro, não permitindo uma continuidade física urbana no acervo arquitetônico remanescente. Entretanto, eles constituem um

acervo expressivo, embora aleatoriamente espalhado pelo bairro e intercalado por edificações recentes, de porte muitas vezes incompatíveis com os espaços urbanos em que se inserem.

Este fato nos afastou da possibilidade de criação da solução tradicional de proteção dos bens culturais através de uma APAC – Área de Preservação do Ambiente Cultural (conceito de CONJUNTOS URBANOS). Encontramos, às vezes, uma seqüência de edificações num pequeno espaço de rua, mas tais bens são marcados pelo seus valores individuais e representativos de momentos distintos cada um deles, não formando um acervo com características homogêneas e contínuas. Conceitualmente, portanto, isto não é uma APAC.

Por outro lado, os bens tombados existentes no bairro não são suficientes para que pudesse ser aplicada uma preservação através da criação de entornos de proteção de bens tombados.

Partindo-se do conceito de SÍTIO HISTÓRICO, baseado nos ensinamentos da Carta de Quito (1967), como *os locais de fixação humana no passado, que conservam, até os dias atuais, marcos da sua ocupação que ainda se constituem documentos vivos da história e cultura local*, somado à constatação histórica da região como palco de genuínas manifestações culturais que se refletiram em todo o país, concluímos que Ipanema é um SÍTIO CULTURAL – espaço geográfico constituído de diversos bens que são os personagens ou palco de tantas manifestações culturais, de valor erudito ou popular, que se constituem em testemunhos vivos da poética daquela comunidade.

Vale aqui utilizar algumas citações da Carta de Petrópolis (1987):

1. *“Entenda-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. ...*
2. *O sítio histórico urbano é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes, num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.*

3. *A cidade, enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória....*

...

9. *A proteção legal do sítio histórico urbano far-se-á através de diferentes tipos de instrumentos, tais como; tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação.”*

Foi, portanto, através da história e reflexões do bairro, e durante a elaboração do inventário que identificamos diversos bens culturais representativos das diferentes fases de sua ocupação. Se encontramos exemplares construídos (praças, edifícios e ruas) que espelham as formas da dinâmica cultural por que passou a arquitetura carioca durante o século XX e que são utilizados como suportes para as atuais manifestações culturais que formam o mapa mental da vida social do bairro, também podemos perceber outros signos indicativos do modo de viver e fazer de seus habitantes, hábitos, comportamentos e festas. Encontramos ali uma identidade cultural que transcende a suas edificações de pedra, concreto e argamassa. Para se *entender* Ipanema há que se buscar um olhar mais abrangente e buscar outras formas de referência memorial de seus habitantes

O SÍTIO CULTURAL DE IPANEMA é uma proposta do DGPC para a preservação integrada da memória coletiva – patrimônio edificado, paisagens, lugares, cheiros, lembranças, sons, sonhos. Pretendemos elaborar, assim, *“pesquisas, salvamentos, exaltação da memória coletiva não mais pautada nos acontecimentos, mas no tempo longo, na busca dessa memória menos nos textos que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos rituais e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público.”*¹²

¹² LE GOFF, Jacques. *Memória & história*. In Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Rio de Janeiro. Editora Imprensa Nacional/Casa da Moeda. S/d. Pág. 44

O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

Sítio urbano dinâmico e em constante estado de transformação, Ipanema apresenta um extraordinário acervo edificado, proporcionando grande variedade de formas arquitetônicas.

O bairro se desenvolve numa malha urbana de modo bastante racionalista, em quadras ortogonais, cujos eixos se deslocam nos sentidos leste-oeste e norte-sul. De modo geral, os lotes têm pequenas dimensões – 10,00m X 20,00m – o que nos proporciona uma tipologia de edificações de pequeno porte. Os edifícios que hoje se mostram com grande porte são fruto de remembramentos desses lotes, permitidos através de diferentes legislações urbanísticas aplicadas em diversas épocas.

Podemos considerar três áreas bastante definidas e distintas pelos seus aspectos arquitetônicos, as quais testemunham a evolução urbana do bairro, suas mudanças na legislação edilícia, suas transformações e suas permanências. A parte a leste, situada entre a Praça General Osório e a rua Francisco Otaviano, é uma região que se identifica com a ocupação de Copacabana, com lotes maiores, apresentando edifícios de gabarito entre 5 a 9 pavimentos, muitos deles de traços Art Déco mais eruditos, outros com linguagem marcante do movimento moderno, restando poucas edificações de pequeno porte. Neste trecho, identificamos uma simbiose entre os dois bairros, com uma consolidação dos bens edificados não oferecendo maiores expectativas para o mercado imobiliário. A parte situada a norte, entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e a rua Visconde de Pirajá, delimitada a oeste pelo canal do Jardim de Alah e a leste pela rua Jangadeiros, é uma região onde a atração do mercado imobiliário se fez de modo mais esparso e em diferentes épocas; aqui são detectados exemplares das mais remotas ocupações, e este acervo é bastante diferenciado, apresentando edificações do início da ocupação, de fases intermediárias, da legislação dos anos 70 do século XX e, recentemente, sendo alvo de uma procura maior por parte desse mercado. Por fim, a terceira área encontra-se estabelecida entre a rua Visconde de Pirajá, a norte, a avenida Vieira Souto a sul, a Praça General Osório a leste, e a Avenida Epitácio Pessoa, no Jardim de Alah, a oeste, que se configura como a região

que maior transformação sofreu, devido, principalmente, as legislações urbanísticas aplicadas a partir da década de 70 do século XX, onde a atração pelo bem natural da praia foi fator determinante para uma ocupação intensa, de caráter residencial e turístico. Podemos observar que a rua Visconde de Pirajá e a avenida Vieira Souto possuíam lotes mais profundos (10,00m X 50,00m), os quais tiveram remembramento para 20,00m X 50,00m..

Algumas considerações poderemos tecer sobre as legislações urbanísticas que incidem atualmente sobre o bairro. Para prédios em centro de terreno, o Artigo 80º do Decreto 322/76 prevê para as ruas Barão da Torre e Prudente de Moraes um gabarito de 11 pavimentos (residencial + comércio)excluído P.U.C. e cobertura. O Artigo 82º desse decreto dispõe para as áreas de Z.R.2 da VI R.A. (aí incluindo as ruas Barão de Jaguaripe, Alberto de Campos, Redentor, Almirante Saddock de Sá, Nascimento Silva) um afastamento mínimo de 2,50m para as laterais e fundos e um afastamento frontal de 3,00m; o gabarito é de 18 pavimentos (residencial + comércio). A taxa de ocupação é, em geral, entre 60% e 70%. A Lei Orgânica, no seu Art. 448, estabelece uma altura de 12 metros para as edificações coladas às divisas; por outro lado, para as edificações afastadas, o A.T.E. permitido é de tal forma restritivo que, mesmo com remembramentos, o gabarito de 11 ou 18 pavimentos se torna inviável.

Isto posto, verificamos que os lotes de dimensões de 10m X 20m, com afastamentos frontal de 3,00m e de fundos, com 2,50m, e colados nas divisas, proporcionarão um prédio de 4 pavimentos, (incluindo térreo, P.U.C. e garagem) com apenas três apartamentos de luxo, o que, de certa forma, inviabiliza comercialmente uma incorporação já que uma avaliação de custos/lucro se faz de modo bastante restrito. Nos lotes de esquina, com os afastamentos previstos, os investimentos não são lucrativos. Para os edifícios em centro de terreno haverá uma necessidade de se remembrarem vários lotes para que o empreendimento se torne economicamente lucrável. Hoje, a disponibilidade de lotes para esse tipo de remembramento está reduzido.

Durante o exaustivo percurso por suas avenidas, ruas, praças, praia, casas e edifícios, pudemos constatar que, praticamente, todas as etapas de ocupação do bairro ainda se fazem presente, representadas pelos movimentos arquitetônicos que ocorreram na cidade. Foi possível detectarmos exemplar

característico da primeira fase de sua ocupação, como a casa térrea situada na confluência da atual rua Vinícius de Moraes com a rua Almirante Saddock de Sá, precedida por jardim à moda dos antigos pomares das casas praianas de subúrbio carioca. Sua simplicidade não lhe tira nenhum mérito, ao contrário, dá-lhe dignidade tal e qual os idosos possuem. Percebemos, ainda, uma outra fase em duas residências situadas na Rua Prudente de Moraes n^{os} 1062 e 1072, esquina da rua Maria Quitéria, com uma composição ainda “vitoriana”, cheias de estuques florais na suas fachadas e pórticos à maneira clássica.

Outros momentos românticos ainda se encontram nas diversas casas construídas sob uma inspiração de caráter lúdico europeu, onde longos telheiros se inclinam sobre as fachadas, ou ainda puras imitações de enxaiméis ornam fachadas de sobrados.

De uma fase nostálgica, encontramos sobrados e pequenos edifícios de apartamentos com um vocabulário neocolonial, onde frontões curvilíneos, cornijas, beirais e pináculos rememoram um passado que nunca chegou a existir naquele bairro.

Sob a influência do cinema hollywoodiano, encontramos uma vasta parcela de edificações Art Déco, algumas de compleição erudita e correta, outras pura interpretação livre e popular daquele movimento, geometrizando as linhas arquitetônicas, principalmente nas platibandas e pilastras escalonadas.

Como testemunho da modernização por que passava o Brasil da era Vargas, vamos nos deparar com demonstrações de adesão à modernidade, com construções proto-modernistas, de linhas puras, destituídas de qualquer ornamentação, com o uso de basculantes de ferro e vidro fantasia, pintura branca. O funcionalismo aportava a Ipanema.

Descobrimos, ainda, a existência daquilo que poderia ser chamado de “edifícios-casa”, edifícios de apartamentos multifamiliares, mas com uma características de casas unifamiliares, que passa uma sensação de intimidade, com “ar” de interior, provinciano e vizinhança solidária.

Tudo isso, sem falarmos também das diversas vilas ali persistentes, algumas ainda preservadas outras nem tanto, mas todas mantendo a maneira íntima de se conviver. É uma forma de resistência dessa tipologia de uso do solo urbano, tão comuns em outras épocas.

O modernismo chega a Ipanema junto às transformações culturais emanadas na cidade. Edifícios são construídos dentro dos cânones apregoados pela escola racionalista e funcionalista de arquitetura internacional. Lá vamos encontrar obras primas de arquitetos como Oscar Niemeyer, Álvaro Vital Brasil, Sérgio Bernardes, Henrique Mindlin e outros menos conhecidos, porém não menos importantes. Assimilações populares desses ensinamentos foram detectadas em diversas outras construções, principalmente nas portarias com pilotis, jardins em formas “ameboidais”, painéis de pastilhas coloridas, tijolos de vidro, colunas em “V”, cores primárias, sancas com iluminação fria e indireta, etc. Enfim, o autêntico “*estilo pé-palito*”.

As transformações radicais da legislação urbanística ocorridas na década de 70 do século XX, proporcionaram uma verdadeira febre imobiliária na cidade, em particular Ipanema. A linha de horizonte da orla marítima foi drasticamente alterada, e os prédios de apartamentos com quatro pavimentos sobre pilotis foram sendo intercalados por edificações de porte maior, as ruas internas adensadas e o painel arquitetônico toma rumos antagônicos.

Nosso trabalho privilegiou o inventário e classificação das construções ocorridas até meados de 1960. Percebemos a necessidade de uma maior sedimentação dessa manifestação cultural para que possamos identificá-la como patrimônio cultural da cidade. Embora, não descartemos a possibilidade de, num breve futuro, isso vir a ocorrer.

Entendemos que a arquitetura moderna, embora de ainda escassa aceitação como patrimônio cultural, é uma faceta importantíssima da história da arquitetura brasileira, já bastante sedimentada na cultura do nosso povo, portanto apropriada para ser preservada.

CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA

O reconhecimento do acervo arquitetônico nos levou a catalogar os bens construídos em três modelos tipológicos:

1. *Quanto ao período de construção –*

- 1.1. Da última década do século XIX até 1920.
- 1.2. De 1910 a 1940.
- 1.3. De 1930 a 1950
- 1.4. De 1945 a 1960
- 1.5. De 1955 a 1970

2. *Quanto ao uso do lote urbano –*

- 2.1. Casas térreas.
- 2.2. Sobrados de dois pavimentos
- 2.3. Vilas
- 2.4. Edifícios de pequeno porte (de três a quatro pavimentos)
- 2.5. Edifícios de médio porte (de cinco a oito pavimentos)
- 2.6. Edifícios de grande porte (entre oito a doze pavimentos)

3. *Quanto à linguagem estilística –*

- 3.1. Edificações singelas sem traços de erudição
- 3.2. Edificações de linguagem romântica tardo-ecletizante
- 3.3. Edificações de linguagem romântica lúdica européia
- 3.4. Edificações de linguagem Art Déco erudita
- 3.5. Edificações de linguagem Art Déco popular
- 3.6. Edificações de vocábulos neocoloniais
- 3.7. Edificações de linguagem proto-moderna
- 3.8. Edificações modernas eruditas
- 3.9. Edificações modernas populares

O PATRIMÔNIO CULTURAL TOMBADO NO BAIRRO

O conjunto de bens tombados no bairro é bastante restrito, não fazendo jus ao potencial cultural do bairro. Como de costume, são, na maior parte, bens imóveis representativos do patrimônio tradicional construído. São eles os seguintes;

1. CHAFARIZ DAS SARACURAS – Praça General Osório (F)
2. CONJUNTO URBANO PAISAGÍSTICO – Av. Vieira Souto, orla marítima e calçadão (E)
3. ESCOLA MUNICIPAL HENRIQUE DODSWORTH – Av. Epitácio Pessoa, 474 (M)
4. EDIFÍCIO . Rua Alberto de Campos, 299. (M)
5. IGREJA NOSSA SENHORA DA PAZ – Rua Visconde de Pirajá, 339 (M)
6. JARDIM DE ALAH – Lado da avenida Epitácio Pessoa (M)
7. JARDIM DO CHAPEUZINHO VERMELHO – Rua Prudente de Moraes, 1365 (M)
8. ILHAS CAGARRAS –(M)
9. PEDRA DO ARPOADOR – Praia do Arpoador (M)
10. PRAÇA GENERAL OSÓRIO (M)



LISTAGEM DE BENS PARA TOMBAMENTO

Avenida Epiácio Pessoa

Lado Par: 70, 84, 186 (rua Paul Redfern, 45), 214, 318, 332 (portaria), 604.

Avenida Henrique Dumont

Lado Par: 118, 126, 170, 174.

Lado Ímpar: 57.

Avenida Rainha Elisabeth

Lado Par: 540.

Lado Ímpar: 729, 601.

Avenida Vieira Souto

Lado Par: 234.

Praça Nossa Senhora da Paz

A Praça e o Monumento a Pinheiro Machado

Rua Alberto de Campos

Lado Par: 60, 64, 66, 84, 120, 130, 136.

Lado Ímpar: 25, 51, 63, 65, 67, 111, vila 119 (casas 4, 5, 6, 7), 125, 173, 187, 191, 205, 217.

Rua Almirante Saddock de Sá

Lado Par: 26, 40, 74, 204, 266, 376.

Lado Ímpar: 63, 105, 109, 119, 145, 169, 201, 207, 257, 267, 277, 289.

Rua Aníbal de Mendonça

Lado Par: 158, 180.

Lado Ímpar: 31, 171, 173 F, 175, 199.

Rua Barão de Jaguaripe

Lado Par: 150, 166, 182, 200, 212, 284, 304 (portaria), 402.

Lado Ímpar: 41, 97, 105, 133, 141, 145, 161, 323, 327.

Rua Barão da Torre

Lado Par: 36, 42 , vila 100 F (casas 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23), 168, 252, 266, 270 (portaria), 460, 476, 482, 490, 560, 630, 632, 698.

Lado Ímpar: 95, 111, 123, 125, 133, 135F, 189, 193, 199, 219/221 (portaria), 225, 231, 259 (portaria), 277 (portaria), 485, 489, 547, 553, 583, 623, 631, 651, 691.

Rua Desembargador Renato Tavares

Lado Ímpar: 5, 11.

Rua Farne de Amoedo

Lado Par: 54, 66, 112, 122, 152, 156.

Lado Ímpar: 105, 155, 167, 171.

Rua Garcia D´Ávila

Lado Par: 58, 118, 194 (esquina rua Nascimento Silva, 404), 196. Lado Ímpar: 135, 173.

Rua Gorceix

Lado Par: 30.

Lado Ímpar: 25.

Rua Joana Angélica

Lado Par: 70, 158, 170, 178, 192, 220, 224, 228, 260 (portaria) .

Lado Ímpar: 197, 207.

Rua Joaquim Nabuco

Lado Ímpar: 267

Rua Maria Quitéria

Lado Ímpar: 23, 111, 121.

Rua Nascimento Silva

Lado Par: vila 42 (casa 1), 48, 66, 84 (portaria), 110 (portaria), 114, 120, 122, 130, 136 (portaria), 140, 308, 330, 378, 384, 404 (esquina rua Garcia D'Ávila, 194), 448, 576.

Lado Ímpar: 49, 71, 85, 107, 155, 175 (portaria), 213, 223, 273, 305 (portaria), 309, 331, 363, 375, 395, 399, 427, 439, 485.

Rua Paul Redfern

Lado Ímpar: 45 (avenida Epiácio Pessoa, 186).

Rua Prudente de Moraes

Lado Par: 814, 1062, 1072, 1356.

Lado Ímpar: 65.

Rua Redentor

Lado Par: 40, 64, 120.

Lado Ímpar: 91, 105, 135, 227, 241, 329.

Rua Teixeira de Melo

Lado Par: 58.

Lado Ímpar: 77.

Rua Vinícius de Moraes

Lado Par: 102, 190, 198, 204, 242.

Lado Ímpar: 155, 171, 179, 247, 277.

Rua Visconde de Pirajá

Lado Par: 54, 72, 74 F, 76, 102, 106, 198, 336, 616.

Lado Ímpar: 181, 183.

LISTAGEM DE BENS PARA TUTELA

Avenida Eptácio Pessoa

Lado Par: 204, 224, 332.

Avenida Henrique Dumont

Lado Par: 110, 112, 114, 158.

Rua Alberto de Campos

Lado par: 234.

Lado Ímpar: vila 119 (casas 1, 2 e 3), 175.

Rua Almirante Saddock de Sá

Lado Ímpar: 245, 243.

Rua Aníbal de Mendonça

Lado Ímpar: 157.

Rua Barão de Jaguaripe

Lado Par: 70, 74, 176, 180, 286, 288, 304.

Lado Ímpar: 35, 37, 45, 93, 121.

Rua Barão da Torre

Lado Par: 40, 248, 270, 334, 340, 348, 354, 358, 362, 368, 376, 378, 380, 388, 390, 394, 398, 422 (esquina Rua Maria Quitéria, 107), 472, 480, 510, 550, 554, 624.

Lado Ímpar: 55, 101, 107, vila 187 F(todas as casas), 219/221, 231F, 259, 277, 665, 673, 677.

Rua Farne de Amoedo

Lado Par: 52, 116, 118.

Lado Ímpar: 43, 47, 51, 55, 103, 107, 109.

Rua Garcia D´Ávila

Lado Par: 114,134,160, 182.

Lado Ímpar: 145, 147, 149 (esquina Rua Redentor, 175).

Rua Gorceix

Lado Par: 24, 28.

Lado Ímpar: 17, 23.

Rua Joana Angélica

Lado Par: 180, 184, 232, 260.

Lado Ímpar: 159, 161, 169, 177, 183, 217, 229.

Rua Maria Quitéria

Lado Par: 42, 70 (esquina Rua Visconde de Pirajá, 395), 74, 132.

Lado Ímpar: 37, 41, 43, 85, 95, 99, 107 (esquina Rua Barão da Torre 422),
109.

Rua Nascimento Silva

Lado Par: 62, 84, 88, 110, 136, 240, 304, 374.

Lado Ímpar: Vila 29 (todas as casas), 31,137, 175, 305, 361.

Rua Prudente de Moraes

Lado Par: 416.

Rua Redentor

Lado Par: 4, 68, 124.

Lado Ímpar: 95, 149, 157, 175 (esquina Rua Garcia D´Ávila, 149), 231, 237,
265, 353.

Rua Teixeira de Mello

Lado Par: 34, 42.

Lado Ímpar: s/ nº (esquina Rua Visconde de Pirajá, 118), 81.

Rua Visconde de Pirajá

Lado Par: 98, 112, 118 (esquina Rua Teixeira de Melo, s/ nº), 268, 338.

Lado Ímpar: 321, 325, 395 (esquina Maria Quitéria, 70).

Rua Vinícius de Moraes

Lado Par: 100, 130, 140, 146, 174, 178, 266.

Lado Ímpar: 153, 177.

NÚCLEO DE REFERÊNCIA CULTURAL ALBINO INHEIRO

OBJETIVOS

O Núcleo de Referência Cultural – na forma de um banco de dados - tem, como principal objetivo, a criação de um sistema referencial básico a descrição, reflexão e análise da dinâmica cultural do bairro, sua evolução no tempo e na história, sua presença na formação social, sua importância no passado e no presente.

ATUAÇÕES

Este Núcleo, baseado na estruturação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC – criado por Aloisio de Magalhães em 1975, estará fundamentado através das seguintes atuações:

1. *coleta de dados referentes à história do bairro*, através de
 - 1.1 . formação de uma bibliografia referencial;
 - 1.2. acervos iconográficos existentes nas diversas instituições oficiais de guarda e conservação de documentos, assim como de acervos particulares;
 - 1.3. depoimentos de personalidades ilustres ou anônimas, atores ou espectadores de fatos ocorridos;
 - 1.4. identificação e cadastro dos palcos celebradores da dinâmica cultural do bairro;
 - 1.5. identificação e cadastro de edificações características das diversas fases de ocupação do bairro assim como dos diversos movimentos arquitetônicos ocorridos na cidade e remanescentes na região;
 - 1.6. identificação e cadastro dos modos do *fazer* ou *pensar* da população local.
2. *memorização* desse acervo captado através de instrumentos apropriados, capazes de gerar fontes de aprendizado, reflexão e análise;
3. *devolução dos dados colhidos às comunidades envolvidas*, através de trabalhos analíticos e organização de acervos documentais e referenciais, publicações, cd-rom, Internet, etc.

O banco de dados é um sistema aberto, sujeito a reformulações, realimentação e agente promotor de novos entendimentos da dinâmica cultural do bairro.

JUSTIFICATIVA

O conceito de bem cultural adotado pela SEDREPAHC, embora bastante amplo, abrangente e contemporâneo, ainda se encontra muito restrito quanto às ações públicas implementadas para sua preservação.

Tem-se privilegiado obras de caráter principalmente imóvel, através do instrumento do tombamento ou da criação, através de legislação, das Áreas de Preservação do Ambiente Cultural – APAC – ou pequenas inserções na área de arqueologia e artes plásticas que representam uma parte da história de um

povo, mas não se mostram suficientes para guardar sua memória. Entretanto, há que se reconhecer que existe uma gama diversa de manifestações culturais e sociais, como os modos do fazer, do pensar e de ser, que pode e merece ser inventariada, cadastrada e preservada através de outros instrumentos que não apenas os que preservam o suporte físico da cidade.

A memória de um povo vai além da permanência do esqueleto de pedra, cimento, areia e barro, assim como também se encontra além da ação do Poder Público.

O Poder Público tem, por obrigação constitucional, a tarefa de proteger a cultura de um povo, mas essa mesma tarefa não será completa sem a participação solidária e efetiva das comunidades envolvidas que, no conceito de Aloisio de Magalhães, são os verdadeiros guardiães do patrimônio cultural.

Assim, torna-se mister que a SEDREPAHC torne possível o reconhecimento dos modos de ser e fazer de uma comunidade através da preservação de outros

parâmetros capazes de traduzir o sentimento dessa comunidade, sua maneira de viver, sua memória coletiva e individual. Através desse reconhecimento, poderemos perpetuar essa memória e encontrar um modo mais abrangente de armazenar, refletir, processar e interpretar a historiografia do cotidiano, como nos mostra Fernand Braudel nos *Analles d'Histoire* da escola francesa.

O Núcleo de Referência Cultural Albino Pinheiro é um banco de dados que estará disponibilizado para a população em geral e marcará um novo enfoque na instrumentalização da proteção do patrimônio cultural desta cidade.

Através dele será possível identificar e referenciar os locais que serviram de cenário para a evolução urbana e para a revolução cultural e contracultural do bairro; poderemos registrar e classificar modos de fazer e atividades próprios da região e com isso estimular sua manutenção, sem necessariamente usar instrumentos já consagrados como o tombamento e a preservação de APAC.

Perpetuar a crônica do bairro, sua dinâmica social e cultural, arquivar suas imagens, suas reminiscências, referências, tudo isso permitirá preservar a memória de um povo, para ser devolvida a esse mesmo povo no sentido de se fazer uma análise crítica do passado e realimentar essa crônica com os fatos que o presente se encarregará de criar.

INTERFACES

SEDREPAHC

DGDI – SMC

IPLAN-RIO

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ARQUIVO NACIONAL

BIBLIOTECA NACIONAL

ARQUIVO DA CEDAE

ARQUIVO DA LIGHT

ARQUIVO DA CEG

BIBLIOTECAS PARTICULARES

ACERVOS PARTICULARES DA COMUNIDADE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SMC

DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O instrumento de proteção mais antigo e, por isso mesmo, mais conhecido da população é o tombamento. Instituído pelo Decreto-Lei 25, de 15 de novembro de 1937, é a primeira vez que vamos verificar, no Brasil, uma norma jurídica limitando administrativamente o direito de propriedade, cuja finalidade é a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Segundo o Dicionário Houaiss, *tombar* significa: “1 fazer o tombo de; arrolar, inventariar, registrar (t. os bens de uma herança > <t. os livros de um cartório); 2 t.d. colocar (o governo) sob sua guarda (bens imóveis e/ou móveis que, sendo de interesse público por seu valor histórico, arqueológico,

etnográfico, artístico, paisagístico etc., devem ser conservados e protegidos pelo Estado)”.¹³

Para Sonia Rabello de Castro, o tombamento, em sua forma administrativa, tem por objetivo a conservação da coisa, no sentido de bens materiais, aí entendidos como imóveis ou móveis.¹⁴ Entretanto, o conceito de patrimônio cultural transcende às coisas materiais, e a Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 216, se refere ao patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial que se tornaram referência à “identidade, à ação, à memória dos diferentes tipos formadores da sociedade brasileira”.

Posteriormente, a cidade do Rio de Janeiro instituiu uma outra norma de proteção, conciliando a preservação do patrimônio edificado com o planejamento urbano. Nesse sentido, a APAC (Área de Preservação do Ambiente Cultural), reconhecida no Plano Diretor Decenal da Cidade, se tornou um forte instrumento de proteção dos conjuntos urbanos. Através desse instrumento foi possível salvaguardar um número expressivo de edificações que, embora não possuíssem valor individual para tombamento, compunham um acervo relevante para a história da cidade.

Todavia, tais instrumentos – tombamento e APAC – são mecanismos de proteção de coisas materiais, e em nenhum momento foram competentes para a proteção da memória coletiva da sociedade naquilo que nos ensina Houaiss: “*função geral que consiste em reviver ou restabelecer experiências passadas com maior ou menor consciência de que a experiência do momento presente é um ato de revivescimento*” ou ainda, “*termo geral e global para designar as possibilidades, condições e limites da fixação da experiência, retenção, reconhecimento e evocação*”. A memória é imaterial.

Há bens que não são passíveis de tombamento nem de proteção através da decretação de uma APAC. É no sentido de se preservar a memória coletiva e individual da sociedade, num sentido mais amplo, que devemos buscar novos meios de proteção para formas de expressão; modos do fazer e viver; criações científicas, tecnológicas, artísticas; manifestações culturais e sociais.

¹³ DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DE LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro. Instituto Antônio Houaiss. Editora Objetiva Ltda. 2001.

¹⁴ CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na Preservação de Bens Culturais – o Tombamento*. Rio de Janeiro. Renovar, 1991.

Por isso, estamos propondo que seja criado, em nível municipal, um novo instrumento que se diferencie da proteção dos bens tangíveis e preserve o etéreo, o sentimento, a memória, aqui representados nos saberes e fazeres, nas manifestações, celebrações, nas artes, nas brincadeiras, nos sabores, cheiros, nos comportamentos e formas de viver.

O Poder Público federal já possui o REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.

Propomos aqui a DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE, instrumento municipal que reconheça, registre e valorize as formas imateriais do patrimônio cultural.

Como já foi descrito anteriormente, Ipanema é muito mais do que seu patrimônio edificado, que pode e deve ser protegido como referência do bairro; contudo, ele é muito mais vasto, abarcando pontos que não são medidos por uma dimensão física.

Começar a DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE por Ipanema, bairro que se fez referência para todo o país, é uma maneira de reconhecer o local como agente atual produtor de cultura, que sua dinâmica social é espelho para todos.

A SEDREPAHC caberá a tarefa de, em conjunto com as comunidades envolvidas, identificar, inventariar, registrar e instruirá o processo de declaração, cabendo ao CMPC o julgamento do processo e recomendação ao prefeito para a devida declaração.

O instrumento legal de Declaração de Patrimônio Cultural da Cidade deverá ser criado por decreto próprio, assim como cada bem cultural será declarado através de processo administrativo.

BENS CULTURAIS DE IPANEMA PASSÍVEIS DE SEREM DECLARADOS PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE:

1. A Banda de Ipanema
2. O bar “Garota de Ipanema”
3. A Feira de Artesanato da praça General Osório (“Feira Hippie”)

4. O bar “Bofetada”
5. O Bloco Carnavalesco Simpatia É Quase Amor
6. A Casa de Cultura Laura Alvim (pela sua atividade e pela história de Laura Alvim)
7. A lanchonete Polis Sucos, pela sua especialidade de sucos naturais
8. A Casa Futurista, tradicional loja comercial
9. O Teatro Ipanema
10. O Posto Nove, da Avenida Vieira Souto

Outros bens poderão ser acrescentados à listagem, que, por ser cultural, estará sendo constantemente alimentada por outras indicações advindas de todos os setores representativos da sociedade.

“Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si. As vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos. É inútil querer saber se estes são melhores do que os antigos, dado que não existe nenhuma relação entre eles, da mesma forma que os velhos cartões postais não representam a Maurília do passado, mas uma outra cidade que por acaso também se chamava Maurília” .

BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Marilúcia; BARATA, Carlos Eduardo; GASPAR, Claudia Braga & PEIXOTO, Mario. *Villa Ipanema*. Rio de Janeiro: Novo Quadro, 1994.
2. ABREU, Maurício. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1988.
3. ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1992.
4. BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1993.
5. BRAZIL, Álvaro Vital . *50 anos de arquitetura – Álvaro Vital Brazil*. São Paulo: Nobel. 1986.
6. BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: editora Perspectiva. 1981.

7. CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 1990.
8. CAMPELLO, Glauco. *Cidades*. Apresentação. in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 23. Rio de Janeiro: IPHAN. 1994.
9. CAMPOFIORITO, Ítalo. *O tombamento é um santo remédio*. In REVISTA DO BRASIL 1. Rio de Janeiro: Departamento de Cultura, Secretaria de Estado de Ciência e Cultura do Estado do Rio de Janeiro. 1984.
10. CANDINI, Nelson Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional . In Revista Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no 23. Rio de Janeiro: IPHAN. 1994.
11. CASTRO, Ruy. *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
12. DGPC – Urca, construção e permanência de um bairro. Prefácio. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação, Departamento Geral de Patrimônio Cultural. 1988.
13. Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss. Editora Objetiva Ltda. 2001.
14. FRAIHA, Silvia; LOBO, Tiza & RIBAS, Martha (coord.). *Ipanema e Leblon*. (Coleção Bairros do Rio). Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Fraiha 1998.
15. GÉRON, Brasil. *A História das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.
16. GONZAGA, Alice. *Palácios e Poeiras: cem anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record/FUNARTE. 1996.
17. I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA: CENTROS HISTÓRICOS. *Anais* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Pelouro de Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos. 1995
18. ICOMOS. *Cartas do ICOMOS*. Série Cadernos do ICOMOS/BRASIL.. vol. I. ICOMOS BRASIL. 1997.
19. JAGUAR . *Ipanema: se não me falha a memória*. Rio de Janeiro: RioArte/Relume Dumará.. 2001.
20. LE GOFF, Jacques. *Memória & História*. In Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional/Casa da Moeda. S/d.
21. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CAU-SMU/Índex. 1997.
22. ROUCHOU, Jöelle & BLANC, Lúcia (org.). *Memórias de Ipanema: 100 anos do bairro*. Rio de Janeiro: SMC, 1994.

23. SPHAN/PRÓ MEMÓRIA. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural* no Brasil: uma trajetória. Brasília. MEC/PRÓ-MEMÓRIA. 1980.

24. VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e Moradia – habitação coletiva no Rio de Janeiro: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras. 2002.

PERIÓDICOS:

Jornal do Brasil, 17 de abril de 1994. Caderno Especial – *Ipanema 100 anos*.

Veja Rio, 20 de abril de 1994. *Saudade do Porvir*.

Jornal do Brasil, 04 de março de 1995. “*Mãos à obra*”.

Jornal do Brasil, 29 de julho de 1996. *Cruzamentos ganham colorido*.

O Globo, 08 de agosto de 1996. *Ipanema depois dos Tapumes*.

FOTOS:

Acervo da SEDREPAHC e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro